

e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º dp Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

#### Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

Data: 14-09-2010. — O Juiz de Direito, *Dr. Paulo Fernando Dias Silva*. — O Oficial de Justiça, *Maria João Monteiro Santos*.

303691846

### 3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

#### Anúncio n.º 9077/2010

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência n.º 148/10.3TYVNG, em que é:

Insolvente: BELOFLEX — Indústria de Estofos e Colchões de Molas, L.ª, NIF — 500591245, Endereço: Rua da Fábrica das Cavadinhas, 325, Pedroso, 4416-901 Carvalhos;

Administrador da Insolvência: Manuel Reinaldo Amâncio da Costa, Endereço: Rua de Camões, 218 — 2.º Sala 6, 4000-3.º 138 Porto.

Ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado foi designado o dia 13-10-2010, pelas 11:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores para discussão e aprovação do Plano de Insolvência.

Fica ainda notificado de que nos 10 dias anteriores à realização da assembleia, todos os documentos referentes ao plano de insolvência, se encontram à disposição dos interessados, na secretaria do Tribunal.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do art. 72 do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia (alínea c n.º 4 do artigo 75.º do CIRE).

2010-09-08. — O Juiz de Direito, *Dr. Sá Couto*. — O Oficial de Justiça, *Ana Maria S. A. Barros*.

303687148

#### Anúncio n.º 9078/2010

#### Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de Insolvência n.º 410/10.5TYVNG

No Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia, 3.º Juízo de Vila Nova de Gaia, no dia 03-09-2010, às 23.06 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

Clifton Internacional Macau Limitada, NIF 980343666, Endereço: Marechal Saldanha, 99 — Foz do Douro — Porto, com sede na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Sebastião Campos Cruz, Endereço: Rua Dr. Serafim Lima n.º 245-1.º Sala 6 e 7, S. Martinho do Bougado, 4785-315 Trofa, com NIF 156319659 e telef. 252415079

É administrador do devedor:

Mika Arvi Leinonen, Endereço: Calçada dos Ingleses, n.º 2, Foz do Douro, 4150-655 Porto

A quem é fixado domicílio na morada na Rua Marechal Saldanha, 99 — Foz do Douro — Porto

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Data: 10-09-2010. — O Juiz de Direito, *Dr. Sá Couto*. — O Oficial de Justiça, *Ana Maria S. A. Barros*.

303679445

#### Anúncio n.º 9079/2010

#### Processo n.º 233/09.4TYVNG

Jaime A. F. Loureiro, L.ª, NIF — 500148015, Endereço: Av.ª. Dr. Antunes Guimarães, 74, Porto, 4100-072 Porto.

Manuel Reinaldo Amâncio da Costa, Endereço: Rua de Camões, 218 — 2.º Sala 6, 4000-138 Porto.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: nos termos do disposto no n.º 1, alínea b) do art. 230 do CIRE

Efeitos do encerramento são os previstos no art. 233 do CIRE.

Ao Administrador da Insolvência, foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

15-09-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Isabel Faustino*. — O Oficial de Justiça, *Ana Maria S. A. Barros*.

303696114

### TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

#### Anúncio n.º 9080/2010

#### Insolvência de pessoa singular (requerida)

#### Processo n.º 353/10.2TBVRS

Requerente: António Abrantes Castanheira, S. A.

Insolvente: Nélson Fernando do Rosário Correia.

Despacho Inicial Incidente de Exoneração Passivo Restante e Nomeação de Fiduciário nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Requerente: António Abrantes Castanheira, S. A., Av. João Crisóstomo, 89-A, 1069-080 Lisboa;

Insolvente: Nélson Fernando do Rosário Correia, NIF 109300300, Endereço: São Bartolomeu, Aptd 81, 8950 Castro Marim;

Administrador da Insolvência: Florentino Matos Luis, Endereço: Av.ª Almirante Gago Coutinho N.º 48-A, 1700-031 Lisboa.

Ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante.

Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado: Florentino Matos Luis, Endereço: Av.ª Almirante Gago Coutinho N.º 48-A, 1700-031 Lisboa.